

Discurso, gênero e a disputa pela pauta nos movimentos sociais contemporâneos

Naomi Orton¹  0000-0001-6458-8411

Liana de Andrade Biar¹  0000-0002-8673-8668

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
22451-900 – posgralinguagem@puc-rio.br



Resumo: A fim de avançar compreensões a respeito das dinâmicas de gênero no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, este artigo lança um olhar crítico sobre a negociação de sentidos em debates públicos realizados por cicloativistas localizadas/os no Rio de Janeiro a partir de observações (auto)etnográficas e análise de gravações em áudio. As performances de gênero que emergem de narrativas breves sugerem que as participantes mulheres se encontram em um 'vínculo-duplo', visto que buscam aumentar a visibilidade da violência generificada que vivenciam e, simultaneamente, aderir às normas discursivas do movimento. Tais performances podem ser compreendidas como características de uma sensibilidade pós-feminista em que a violência cotidiana é mitigada a fim de projetar uma sujeita corajosa e resiliente, inabalada por tais ameaças. **Palavras-chave:** movimentos sociais; análise de narrativa; performances de gênero; violência; pós-feminismo.

Discourse, gender, and agenda setting struggles in contemporary social movements

Abstract: With a view to furthering understanding of gendered dynamics in the context of contemporary social movements, this article takes a critical look at the negotiation of meaning in public debates held by bicycle advocates in Rio de Janeiro, drawing on (auto)ethnographic observations and audio recordings. The gendered performances which arise from small stories suggest that female participants find themselves in a 'double bind' as they seek to raise awareness of the gendered violence they experience whilst simultaneously adhering to the discursive norms of the movement. Such performances may be understood as characteristic of a postfeminist sensibility in which everyday violence is mitigated in order to project a courageous, resilient subject undeterred by such threats.

Keywords: Social Movements; Narrative Analysis; Gendered Performances; Violence; Post feminism.

Discurso, género y la lucha por la agenda en los movimientos sociales contemporáneos

Resumen: Con el fin de avanzar en la comprensión de las dinámicas de género en el contexto de los movimientos sociales contemporáneos, este artículo realiza una mirada crítica a la negociación de significados en los debates públicos llevados a cabo por ciclistas activistas ubicados en Rio de Janeiro a partir de observaciones (auto)etnográficas y grabaciones de audio. Las actuaciones de género que emergen de las narrativas breves sugieren que las participantes femeninas se encuentran en un 'doble vínculo', ya que buscan aumentar la visibilidad de la violencia de género que experimentan y, simultáneamente, adherirse a las normas discursivas del movimiento. Tales performances pueden entenderse como características de una sensibilidad posfeminista en la que se mitiga la violencia cotidiana para proyectar un sujeto valiente y resiliente, imperturbable ante tales amenazas.

Palabras clave: movimientos sociales; análisis narrativo; actuaciones de género; violencia; posfeminismo.

Introdução

Desde o advento da linguística feminista em meados dos anos 70, estudos vêm interrogando a relação entre linguagem e estereótipos generificados – tanto as formas pelas quais construtos discursivos moldam a chamada “ordem de gênero” (Penelope Eckert; Sally McConnell-Ginet, 2003) quanto as formas pelas quais ideias enraizadas relacionadas aos papéis sociais, e as expectativas decorrentes destes, podem ser discursivamente remodeladas por aqueles que buscam reinscrever tal ordem (Rusty Barrett, 1999; Mary Bucholtz, 1999; Briggittine French, 2000; Branca Falabella Fabrício; Luiz Paulo de Moita Lopes, 2019, entre outros). Tentativas significativas para avançar na inteligibilidade a respeito dos meios pelos quais aqueles marginalizados pelo quadro atual dos papéis binários de gênero lutam por reconhecimento no domínio discursivo (Deborah Cameron, 1992) têm concentrado esforços analíticos nos contextos dos quais foram historicamente excluídos. Até o momento de elaboração deste texto, pesquisas dessa natureza têm investigado a negociação de normas linguísticas generificadas no ambiente de trabalho (Cameron, 1995; Janet Holmes, 2007), inclusive contextos corporativos (Judith Baxter, 2008), bem como na esfera política (Sylvia Shaw, 2000) e profissões específicas, como nas forças policiais, grosso modo (Bonnie McElhinny, 1998), e na delegacia da mulher, mais especificamente (Ana Cristina Ostermann, 2003). Em tempos mais recentes – mediante a percepção largamente disseminada de que os avanços tímidos proporcionados por políticas de redistribuição socioeconômica já conduziram à igualdade social –, estudiosos analisam mais a fundo os modos pelos quais discursos “pós-feministas” podem servir para abafar conversas sobre pressupostos de gênero que ainda precisam ser negociados por grupos minoritários na contemporaneidade (Lia Litosseliti; Rosalind Gill; Laura Favaro, 2019; Angela McRobbie, 2009; entre outros).

Adotamos aqui a concepção de pós-feminismo avançada por Litosseliti, Gill e Favaro (2019), que o definem como uma sensibilidade cultural relacionada tanto ao feminismo quanto ao neoliberalismo, porém com a ressalva de que não estamos nos subscrevendo à ideia de um “pós-feminismo global”, e sim à ideia de um fenômeno situado no espaço-tempo (Ana Gabriela Macedo, 2006). Ou seja, nosso foco aqui recai sobre os avanços e recuos do feminismo no Brasil e nos discursos em circulação nesse contexto – nos quais ideias feministas e antifeministas se tornaram emaranhadas, reenquadrando a desigualdade de gênero como um assunto já encerrado e resolvido, e qualquer desigualdade ainda existente como decorrente de falhas individuais.

Embora o escopo de pesquisas no campo delineado, no momento, venha dando passos tímidos para além das comunidades de língua inglesa situadas no Norte Global (ver Jaspal Singh, 2021, para reflexões sobre a evolução do campo), até hoje pouca atenção analítica tem sido voltada à relação entre performances generificadas e práticas discursivas no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, independente de sua localização geopolítica. Nas últimas décadas, a crise da representatividade e o alheamento generalizado “em relação aos processos decisórios na política e da falta de expressão pública de parte significativa da população” (Raquel Rolnik, 2013) têm levado à proliferação de movimentos sociais que se organizam em uma estrutura dita horizontal e democrática, a qual desperta a imaginação daqueles que questionam as formas de fazer política na contemporaneidade. A horizontalidade, nesse sentido, pode ser compreendida como uma “relação social dinâmica que representa uma quebra com a lógica de representação e com formas verticais de organização” (Mariana Sitrin; Dario Azzellini, 2014, p. 17). Posto isso, é também objeto de luta, atravessada por relações de poder.

O presente artigo busca contribuir com o campo de estudos feministas, especialmente aqueles interessados nas relações entre linguagem e gênero, ao indagar como grupos minoritários, de um modo geral, e aqueles marginalizados pelas normas de gênero, em específico, podem reivindicar autoridade epistêmica (Erez Levon; Yang Ye, 2020) e articular suas experiências no contexto de movimentos sociais ostensivamente horizontais, a fim de contemplar os meios pelos quais esses ativistas navegam por uma “sensibilidade pós-feminista” (Litosseliti; Gill; Favaro, 2019). Em vez de fazer referência a uma ruptura histórica ou epistemológica, ou até um simples “backlash” (ou “contra-feminismo”, nas palavras de Macedo, 2006), reiteramos que o termo pós-feminista é usado aqui para descrever um clima no qual às mulheres é permitida maior liberdade (como pedalar no espaço público, ou participar dos grupos em prol da mobilidade ativa), contanto que renunciem ao feminismo como movimento político e coletivo em prol da mudança social radical.

Uma sensibilidade pós-feminista pode se manifestar de diversas maneiras, porém, se caracteriza, grosso modo, por discursos de autocontrole e empoderamento, cuja ênfase na agência individual como chave para superar a adversidade ignora as estruturas sociais de larga escala que restringem tal potencial. Este estudo se interessa pelo modo como uma característica específica dessa sensibilidade – a ideia das mulheres como sujeitas ousadas e destemidas, capazes de contar a história de suas próprias vidas – pode impactar a maneira pela qual a experiência generificada é articulada e negociada no contexto de um movimento social. Essa linha de investigação decorre do entendimento de que, para ativistas contemporâneos, levar em consideração o panorama de lutas com as quais suas causas interseccionam (Kimberlé

Crenshaw, 1991) é condição *sine qua non* de qualquer mudança social tangível. Com vistas a refletir sobre essas questões mais amplas, elegemos os grupos em prol da mobilidade ativa no Rio de Janeiro enquanto objeto microsituado a partir do qual se lança um olhar crítico sobre as performances generificadas (Judith Butler, 1990) que emergem de suas práticas narrativas. Ademais, interessa pensar de que forma tais práticas se encontram entrelaçadas com a negociação da pauta do grupo. Em perspectiva mais ampla, nos debruçamos sobre a articulação de experiências de deslocamento por espaços configurados por um modelo excludente de cidade “que impõe o medo como experiência” (Rolnik, 2023, p. 7).

Desde a invenção da bicicleta, as tentativas de desestimular o uso dessas “máquinas de liberdade” pelas mulheres foram muitas: desde a hostilidade direcionada ao desenvolvimento de roupas adequadas, até afirmações de relações com todo tipo de “mal feminino” (entre eles a infertilidade, a promiscuidade, a masturbação e até a “aquisição de uma aparência masculina”) – sem falar na exclusão de competições e proibições completas em países como Irã, Arábia Saudita e, mais recentemente, Afeganistão (Hannah Ross, 2021). Em função da misoginia ainda direcionada a mulheres que ocupam o espaço público para usar a bicicleta (até em países onde a atividade é teoricamente estimulada, as mulheres relatam todo tipo de abuso ao pedalar, desde o assédio moral até o assédio físico), as práticas discursivas de um grupo como esse parecem ser um locus especialmente produtivo para o tipo de análise aqui proposto.

Vale destacar que os termos “homens” e “mulheres” são adotados aqui para fazer referência aos participantes da pesquisa que reportam identificação com essas categorias binárias. Embora a noção de “mulheres” tenha sido criticada como uma generalização indefensável (Holmes, 2007), a luta sistemática contra a discriminação de gênero (à qual esse artigo visa contribuir) torna algum tipo de categorização necessária – a semelhança do que Gayatri Spivak (1988) denomina de “essencialismo estratégico”. Com essa ressalva, as mulheres que aparecem neste estudo residem no Sul Global, onde são reconhecidas como brancas e de classe média, tiveram acesso ao ensino superior e se identificam ideologicamente com movimentos em prol da mobilidade, dos quais escolhem participar.

Para os fins deste artigo, examinamos narrativas contadas por duas ativistas: Naomi (a primeira autora do artigo) e Heloísa. O uso de (auto)etnografia é julgado relevante, pois nós nos situamos dentro de uma tradição pós-positivista que questiona a possibilidade de uma posição objetiva ou neutra. Como já destacamos (Naomi Orton; Liana Biar, 2020, p. 249), consideramos que “qualquer tipo de trabalho de campo inevitavelmente torna a pesquisadora uma participante, cujo papel na criação de relações específicas, além dos subsequentes significados negociados, merece análise”.

Os dados apresentados aqui se inserem em uma investigação mais ampla sobre a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos, que contempla uma década de estudo (auto)etnográfico sobre movimentos brasileiros em prol da mobilidade ativa, bem como gravações em áudio de debates realizados no Rio de Janeiro desde 2015. A análise se beneficia de *insights* proporcionados pelo trabalho de campo, permitindo que “um relato mais amplo do contexto social que as falantes habitam” (Robert Lawson, 2013, p. 390) seja desenvolvido, ao justapor o ponto de vista de uma *insider* (Naomi, a primeira autora deste artigo, mulher cisgênero e branca que se desloca de bicicleta e participa de grupos em prol da mobilidade ativa) e uma *outsider* (Liana, a segunda autora deste artigo, mulher cisgênero e branca que tende a se deslocar de ônibus e não participa de grupos em prol da mobilidade ativa).

O estudo adota uma abordagem pós-modernista às interações sociais generificadas (Holmes, 2007), se valendo da Análise de Narrativa (Anna De Fina, 2008; Alexandra Georgakopoulou, 2006; De Fina; Georgakopoulou, 2008) para investigar as identidades tornadas salientes pelas participantes em suas práticas narrativas. Conferimos atenção especial à construção de categorias identitárias marcadas e não marcadas (Bucholtz; Kira Hall, 2004; 2005), bem como o uso do discurso “dupla-voz” (Michael Bakhtin, 1981) (isto é, a antecipação e a incorporação da voz do outro ao se orientar para normas e objetivos interacionais conflitantes), a fim de refletir sobre a negociação de autoridade epistêmica (Levon; Ye, 2020) e sobre o potencial de estabelecer uma pauta que contemple experiências diversas.

Mais especificamente, buscamos:

1. Examinar, de forma crítica, a negociação de performances generificadas que emergem das práticas narrativas das participantes e o valor simbólico atribuído a elas;
2. Fomentar reflexão crítica sobre a construção de autoridade epistêmica e suas implicações para as práticas envolvidas na definição de pautas por movimentos sociais contemporâneos;
3. Contribuir, de forma teórico-metodológica, para os estudos que entendem como central a relação entre pressupostos generificados e práticas discursivas, de modo a lançar luz sobre os mecanismos da sensibilidade pós-feminista.

Começamos por uma discussão breve sobre linguagem e gênero na esfera pública, abordando, mais especificamente, o que uma sensibilidade pós-feminista pode significar para a participação efetiva de grupos marginalizados nesse contexto. Diante desse quadro, examinamos os grupos em prol da mobilidade ativa – suas características predominantes no Brasil e as repercussões potenciais para a adoção de uma pauta abrangente. Posteriormente, contextualizamos o estudo mais amplo, o qual deu origem aos dados aqui apresentados, além de delinear, de forma breve, os pressupostos teórico-epistemológicos que orientam seu desenvolvimento. Finalmente, compartilhamos a análise das duas narrativas, seguida por uma discussão de seus resultados.

Práticas discursivas e seu valor simbólico na esfera pública

A horizontalidade, conceito caro aos atores engajados nos movimentos sociais contemporâneos, propõe o estabelecimento de relações mais simétricas entre os participantes de um grupo organizado. Desse modo, teoricamente, grupos minoritários, tradicionalmente marginalizados na esfera política e nas interações de um modo geral, podem participar em condição de igual valor. A noção de participação aqui adotada segue a “abordagem política”, isto é, “a equalização de relações de poder entre atores privilegiados e não privilegiados em processos de tomada de decisão formais e informais” (Nico Carpentier, 2016, p. 72). Como vem sendo apontado, isso significa que a participação efetiva é vista aqui não apenas como necessária para que a horizontalidade se concretize, mas também como objeto de luta, exigindo a renegociação de papéis sociais e de relações de poder convencionais.

Neste artigo, argumentamos que a falta de interrogação crítica da noção de organização horizontal vem contribuindo para o silenciamento de debates sobre o quanto grupos sociais menos privilegiados podem, na prática, reivindicar suas pautas no contexto de movimentos que alegam servir aos seus interesses. Uma vez que as mulheres (assim como outros grupos minoritários) têm sido historicamente excluídas da esfera pública, traços simbolicamente masculinos ainda tendem a ser vistos como características desejáveis do discurso político (Nancy Fraser, 1997). Na atualidade, apesar de as mulheres teoricamente terem “acesso” a esse domínio, se encontram sujeitas ao que Cameron (1995) denomina de “higiene verbal”, uma vez que é esperado que elas se adaptem a normas discursivas simbolicamente masculinas caso queiram comunicar seus pontos de vista, enquanto simultaneamente enfrentam sanções sociais ao se engajarem em performances de gênero que fogem de padrões de feminilidade (se encontrando presas no que Robin Lakoff, 1990, chamou de “vínculo duplo”). Isto é, caso se adequem às normas discursivas simbolicamente femininas, ao fazer uso de modalizações, por exemplo, suas contribuições são, frequentemente, marginalizadas ou reenquadradas; já quando adotam estratégias discursivas simbolicamente masculinas, arriscam ser taxadas de “impositivas” ou “agressivas”, por não aderirem às normas de gênero. Como consequência, ora engajam no que Bucholtz e Hall (2004; 2005) denominam de “processos de adequação” à categoria masculina não marcada (e, por assim dizer, também em “processos de distinção” da categoria feminina marcada), na busca pelo acúmulo de valor simbólico (Pierre Bourdieu, 1977), ora engajam em processos de adequação à categoria “feminina” (engajando em performances de gênero socialmente esperadas), ao fazer uso de práticas discursivas simbolicamente femininas (como o uso da linguagem indireta, por exemplo), cujo valor simbólico dificulta a reivindicação de autoridade epistêmica. Embora este estudo confira enfoque ao discurso político, podemos dizer o mesmo sobre as práticas discursivas associadas a qualquer papel social ou profissional visto como convencionalmente masculino, especialmente aqueles que envolvem habilidades como liderança e gerência (Baxter, 2008; Cameron, 1995).

A perpetuação de normas simbolicamente masculinas significa que, apesar da dissolução formal das barreiras à participação, aqueles vistos como não pertencentes ao grupo dominante (do homem branco, cisgênero, heterossexual de classe média) ainda lutam pela articulação e pelo reconhecimento de suas ideias. Espaços discursivos que alegam acolher todos os grupos sociais sem abordar o valor simbólico diferenciado atribuído às suas práticas sociodiscursivas podem simplesmente funcionar como “uma cortina de fumaça para que os mais fortes ou os mais sortudos [ou os socialmente privilegiados] estabeleçam hegemonia irrestrita sobre os demais” (Jo Freeman, 1972, p. 152).

Tal exclusão implícita – aqui vista como uma característica intrínseca de uma sensibilidade pós-feminista – pode representar uma barreira mais difícil de superar (uma vez que, teoricamente, não existe). Normas discursivas e direitos à narração, como quem pode iniciar a fala, a quem a fala é direcionada, quem pode se autosselecionar na tomada de turnos/como narrador, quem pode estabelecer e mudar de tópico/registro, quem pode reivindicar autoridade epistêmica e a quem são dados peso e aprovação na interação são tipicamente enraizadas em pressupostos generificados que operam em “configurações de espaçotempo” (Jan Blommaert; De Fina, 2017) específicas. Ou seja, a interpretação de características linguísticas depende não apenas

das normas de um determinado contexto, mas sim da forma pela qual ideologias de gênero restringem quem tem autoridade para falar e ser ouvido em diferentes contextos (Levon; Ye, 2020).

No que diz respeito à introdução de tópicos no contexto dos movimentos sociais, Fraser (1997) também levanta a questão do que é julgado “público” ou “privado” e, logo, digno de debate na esfera pública, uma vez que debates a respeito disso são igualmente moldados por relações de poder. Além disso, os termos “público” e “privado” não são neutros, mas sim empregados, recorrentemente, para deslegitimar determinadas pautas ou pontos de vista e valorizar outros. A violência doméstica, por exemplo, foi rotulada como uma questão “privada” até a introdução da Lei Maria da Penha em 2006 (Lúcia Freitas; Lilianna Bastos, 2019). A sanção dessa lei foi possibilitada graças a uma longa campanha travada por grupos feministas que conseguiram reenquadrar tal violência como uma questão pública carente de políticas públicas para combatê-la.

Diversas são as questões que lutam por espaço na pauta de qualquer movimento social, porém, conforme pontuamos, as normas sociodiscursivas em circulação não necessariamente proporcionam a cada participante a mesma possibilidade de incidir na agenda. Dito isso, já que o discurso “forma os objetos dos quais fala” (Michel Foucault, 1972 [1969], p. 49), arranjos sociais enraizados, como as noções binárias de gênero e as expectativas às quais dão vida “não são apenas criadas discursivamente como também podem ser desafiadas e remodeladas na interação” (Orton, 2021, p. 456). Portanto, ao examinar os meios pelos quais os grupos minoritários buscam criar consciência sobre questões marginalizadas nas interações que se desenvolvem nas organizações de base, talvez seja possível identificar alguns dos mecanismos mais nuançados que permitem a circulação de suas ideias, bem como os mecanismos que limitam tal circulação. Esse tipo de investigação é propícia, já que o movimento em questão se localiza em uma sensibilidade pós-feminista, na qual a igualdade social é vista como já conquistada por mulheres que podem, pelo menos no plano teórico, “escolher livremente, em vez de agir de acordo com fortes pressões externas” (Litosseliti; Gill; Favaro, 2019, p. 7).

A Massa Crítica e a “brigada de testosterona”

A luta em prol da mobilidade ativa emerge do cenário urbano em que atores sociais denunciam a fragmentação, a privatização e a precarização da vida nas cidades. No cenário brasileiro, mais especificamente, décadas de políticas públicas de planejamento urbano produziram a paisagem atual, feita de metrópoles rasgadas por infraestruturas centradas em um único meio de transporte: o motorizado, ampliando as distâncias e aumentando a dispersão, a separação e a segregação (Orton, 2017). No mais, esse espaço “amplifica e reproduz uma visão masculina e branca de quem a imaginou e que corresponde exatamente a quem historicamente deteve o poder de determinação sobre como se organizam” (Rolnik, 2023). Dito de outra forma, os valores da sociedade capitalista e patriarcal não apenas subjazem a configuração atual, como são perpetuados pela atual forma física dos espaços urbanos (Diana Ramos; Rossana Brandão, 2023).

Perante este panorama, a bicicleta, assim como outros meios de transporte de propulsão humana, se apresenta como uma alternativa possível, além de potencial ferramenta de transformação social. Apesar disso, no Brasil, ela continua sinônimo de “brinquedo de fim de semana” (Ned Ludd, 2005, p. 128). Tal perspectiva se manifesta no Rio de Janeiro na infraestrutura cicloviária limitada, a qual tende a visar ao lazer em regiões mais privilegiadas, em vez de contemplar o transporte e os múltiplos percursos que as mulheres fazem em seu cotidiano multitarefa (Rolnik, 2023).

Diante das questões apresentadas, as quais atingem todas as grandes metrópoles em certa medida, nasceu o movimento **Massa Crítica** (do inglês “*Critical Mass*”). O fenômeno provoca uma reconceitualização dos meios de transporte movidos à propulsão humana, por meio de uma intervenção direta no espaço urbano. As narrativas analisadas neste estudo foram gravadas durante debates presenciais que surgiram a partir de discussões on-line entre participantes do grupo da Massa Crítica do Rio de Janeiro no “Facebook”, o qual reúne todos aqueles interessados em participar do protesto de mesmo nome. A Massa Crítica iniciou-se em São Francisco em 1992, quando um grupo de messageiros resolveu pedalar para casa na hora do *rush* a fim de reivindicar espaço nas ruas e aumentar a visibilidade da bicicleta enquanto meio de transporte. A ressonância das questões trazidas à tona pela manifestação, junto ao advento da Internet, levou o protesto mensal a rapidamente agregar milhares de participantes. Paralelamente, houve um efeito multiplicador, fazendo com que diversas Massas se constituíssem ao redor do mundo (Susan Blickstein; Susan Hanson, 2001).

No Brasil, essa “coincidência organizada”, por vezes chamada de “Bicicletada”, começou a tomar forma em 2002 e está hoje presente em muitas cidades do país (como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza, entre outras). Embora a Massa Crítica seja, frequentemente, descrita como um movimento democrático e horizontal, organizado informalmente (Chris Carlsson, 2002; Carlsson; LisaRuth Elliott; Adriana Camarena, 2012), os participantes vêm

destacando os modos pelos quais questões relacionadas a classe, raça e gênero, por vezes, restringem o potencial para a participação efetiva de todos os integrantes (Mario Bruzzone, 2012; Camarena, 2012; Hugh D'Andrade, 2012, entre outros). De acordo com D'Andrade (2012, p. 24), por exemplo, observa-se como o trajeto da Massa de São Francisco tende a ser decidido "na hora por quem se encontrar na frente do pedal (geralmente jovens masculinos, barulhentos e agressivos)", grupo que Bruzzone (2012), por sua vez, denomina de "brigada de testosterona".

Assim como em muitas outras cidades, a Massa Crítica do Rio de Janeiro tende a atrair um grupo homogêneo de homens brancos, cisgênero, heterossexuais de classe média, e suas normas tendem a ser estabelecidas por sua própria "brigada de testosterona". Caso os participantes desejem se engajar em transformação social efetiva, é crucial indagar por que o pedal não atrai um leque mais diverso de participantes, especialmente porque a grande maioria daqueles que adotam a bicicleta como meio de transporte no Brasil o faz em função de necessidade financeira. Entretanto, esse estudo confere enfoque à participação de um grupo minoritário específico: as mulheres. Esse eixo de análise torna-se possível porque ativistas que se identificam como mulheres participam do movimento estudado, apesar de o grupo ser minoria entre os que pedalam no Brasil. Desse modo, podemos observar, empiricamente, suas práticas de produzir significado durante as discussões realizadas pelo grupo. Embora alguns poucos estudiosos (Melody Hoffman, 2016; Michael Yoder; Barbara Johnstone, 2018) venham apontando possíveis motivos pelos quais a luta pela mobilidade ativa nos EUA é majoritariamente branca, mais estudos são necessários para dar conta das discrepâncias identificadas no Brasil. No entanto, essas questões encontram-se para além do escopo do presente artigo, o qual se concentra no que pode ser observado empiricamente a partir das práticas discursivas daqueles atualmente envolvidos nesses grupos.

Abordagem teórico-metodológica

A introdução da Naomi à Massa Crítica do Rio de Janeiro em 2014 se deu a partir de um protesto específico contra a FIFA na véspera da Copa do Mundo de 2014, promovido na página do grupo da Massa Crítica do Rio de Janeiro no "Facebook". Cabe dizer que a agenda política da Massa do Rio é objeto de disputa há tempos. Embora existam aqueles que acreditem que ela deva dialogar com as lutas urbanas em sentido amplo (desde aqueles ameaçados por remoções praticadas pelas autoridades locais, até movimentos como o Passe Livre, por exemplo), há também aqueles que a entendem como um momento de celebração e advogam por trajetos que terminem em locais propícios para a confraternização, geralmente nas regiões mais abastadas da cidade.

O grupo de debate gravado para este estudo surgiu a partir da percepção de uma necessidade de fornecer um espaço para além do protesto em si ou do grupo virtual, no qual divergências como essas poderiam ser abordadas. Para algumas pessoas, a criação de tal grupo também representou a possibilidade de explorar outros meios de fazer política – da ação direta, tal como a intervenção urbana, até a formalização do grupo e o estabelecimento de canais de comunicação com as autoridades. Em função das divergências frequentes no grupo, um dos tópicos que surgiu ao longo dos debates foi a possibilidade de elaborar uma carta de princípios. Esta carta começou a ser esboçada na 6ª reunião, no dia 02 de março de 2016, e foi finalizada no 9º encontro, no dia 10 de abril de 2016. Nela, constava o seguinte:

Grupo apartidário; esfera municipal; horizontalidade; encontros itinerantes; transparência; discurso de ódio não tolerado; buscar a todo momento que o grupo seja mais diverso e representativo em relação à população no que diz respeito à raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, classe social etc.; lutar pela democratização do espaço público, buscando um convívio harmonioso com pedestre e outros modais; os envolvidos e eventuais parceiros não devem ferir os princípios e objetivos anteriores no discurso ou na prática, sendo assim vedada sua participação ou envolvimento.

Apesar da horizontalidade aparecer em destaque, como nos lembra Sitrin (2012), ela não ocorre espontaneamente, e houve pouco debate sobre as formas pelas quais ela poderia ser conquistada.

Embora cada encontro, teoricamente, siga uma pauta específica (como a elaboração da carta), a característica central do grupo de debate parece ter sido seu potencial como espaço para o compartilhamento de experiências dos participantes no ambiente urbano, bem como a produção de significados a respeito: qualquer tópico para discussão tende a ser saturado por histórias dos percalços de se locomover (de bicicleta) no Rio de Janeiro. Consideramos essas histórias terreno fértil para o exame da coconstrução de significados, em especial, performances de gênero e o valor simbólico a elas atribuído. Como já pontuamos, é durante a prática narrativa que atores sociais navegam pelas regras e normas de configurações específicas de espaço-tempo, inclusive os possíveis papéis que podem ser desempenhados por diferentes participantes: "ao assumir uma postura avaliativa em relação aos personagens,

objetos e ações narradas, esses atores produzem e reproduzem [...] identidades em interação com o outro, reinscrevendo categorias sociais e seu *status* ideológico" (Orton; Biar, 2020, p. 245).

De acordo com a concepção estrutural de narrativa originalmente avançada por William Labov (1972), as narrativas apresentadas aqui não são plenamente desenvolvidas, uma vez que são compostas, principalmente, por diálogo construído (isto é, a encenação de falas atribuídas a terceiros), contando com pouca ou nenhuma ação complicadora propriamente dita (concebida pelo autor como, no mínimo, duas orações no passado), tampouco um enredo com começo, meio e fim são prontamente identificáveis. Dito isso, esses breves momentos narrativos se encaixam no conceito de "pequenas narrativas" conforme cunhado por Georgakopoulou (2006, p. 123), definidas pela autora como "momentos de fala que [fogem de] expectativas do cânone [laboviano]", nos quais *selves* fragmentados e múltiplos emergem e se modificam na interação com outro. Os fragmentos selecionados também podem ser considerados anedotas no sentido delineado por Richard Bauman (1986), dado o papel central ocupado pelo diálogo construído (compreendido aqui como um processo criativo e transformativo, em vez da simples reprodução da fala de terceiros, bem como uma estratégia de envolvimento, conforme proposto por Deborah Tannen, 1989). Para Bauman (1986), o diálogo construído, para além de um dispositivo da performance ao narrar, pode ser o próprio enfoque da história – o elemento que fornece o nível mais alto de reportabilidade. Visto que histórias como essas podem passar despercebidas por uma análise preocupada apenas com a identificação de narrativas estruturalmente canônicas, sua seleção aqui decorre da nossa crença na necessidade de colocar essas histórias – bem como as vozes de quem as articula e as questões que levantam – no cerne de nossas pesquisas.

As narrativas eleitas para compartilhamento aqui emergiram durante uma reunião realizada no dia 30 de abril de 2016 em uma praça pública numa região menos privilegiada da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Plenárias organizadas pelo grupo costumam se realizar em espaços públicos e há esforços para marcá-las em regiões diversas da cidade, apesar de isso surtir pouco efeito na composição demográfica do grupo. No que tange às relações de gênero, mais especificamente, a despeito dos participantes pedalarem juntos para os debates, os trajetos costumam ser decididos pela "brigada de testosterona". De algum modo, isso serve para reforçar a ideia de seu conhecimento geográfico, alegadamente "superior" da cidade, ao mesmo tempo que dá passe livre ao que Lawson (2013) denomina de performances de "masculinidade bruta" (isto é, performances de destemor e uma ausência de preocupação com a própria segurança) – palpável nas sugestões de itinerários que envolvem túneis longos, viadutos, vias expressas e assim por diante.

A plenária aqui sob escrutínio seria a penúltima daquele ano. Os debates anteriores haviam reunido até dezesseis participantes a uma só vez, porém a aderência vinha diminuindo e apenas seis estavam presentes nesse dia: Naomi, Heloísa, Carlos, Gustavo, Roberto e Thales. Embora todos os participantes, menos a Naomi, sejam residentes das Zonas Centro, Norte e Oeste, eles moram, em sua maioria, em bairros de classe média, tiveram acesso ao ensino superior e podem ser lidos como brancos no Brasil. Todos tinham entre 25 e 35 anos na época das gravações.

Até certo ponto, a baixa aderência abriu maior possibilidade para a tomada do piso conversacional e engajamento na prática narrativa. Observações (auto)etnográficas sugerem que, apesar de nem sempre se conhecerem de antemão, a comunicação entre os participantes tende a se dar a partir de um registro relativamente informal, embora termos técnicos, ou mais específicos, possam ser empregados para reivindicar autoridade epistêmica sobre um determinado assunto. Apesar deste estudo focalizar duas narrativas breves, *insights* como esses – possibilitados pelo projeto de pesquisa mais amplo – são integrados na análise.

As duas narrativas nas quais damos zoom, a partir de agora, podem ser consideradas exemplares de fenômenos identificados tanto nos dados gravados quanto nas observações (auto)etnográficas. Esses fenômenos contemplam estratégias discursivas multifuncionais, como: (i) práticas de higiene verbal (Cameron, 1995), isto é, tentativas de impor modos de usar a linguagem vistos como preferíveis (seja funcionalmente, esteticamente ou moralmente) que enquadram a subordinação de *status* como um problema individual de incapacidade comunicativa; (ii) alternâncias de código (Janet Fuller, 2009), que diz respeito à alternância entre diferentes registros (como formais/informais), bem como as relações subjacentes negociadas pelos participantes; e (iii) problematizações, ou seja, a prática de tornar "uma ação, um pensamento ou um sentimento de um protagonista [da narrativa] ou conarrador problemático, ou possivelmente problemático" (Elinor Ochs; Carolyn Taylor, 1995, p. 109). O uso dessas estratégias pode restringir a participação efetiva tanto na construção de significados quanto no estabelecimento da agenda, porém, por serem multifuncionais, é necessário examinar seu uso no contexto da interação.

Sublinhamos que as mulheres não dominam o piso conversacional no movimento sob escrutínio; no entanto, por entender que "as mulheres na sua diversidade experimentam o urbano de forma diferente e desigual" (Ramos; Brandão, 2023, p. 41), escolhemos compartilhar e analisar suas narrativas no intuito de compreender suas práticas de produção de significado a respeito. Como afirma Baxter (2008, p. 200), a análise pormenorizada dessas narrativas permite

que sejam evitadas “histórias simples [...] a fim de localizar e capturar os meios pelos quais interações linguísticas constroem e perpetuam desigualdades de gênero de maneiras complexas e sutis, as quais são quase imperceptíveis em um mundo cada vez mais acelerado”. Ao adotar essa abordagem, buscamos, adicionalmente, contribuir para a agenda de pesquisa proposta por Litosseliti, Gill e Favaro (2019), isto é, a necessidade de o campo da Linguística Aplicada interagir com o trabalho interdisciplinar sobre pós-feminismo como uma sensibilidade cultural. Fazemos isso examinando como traços associados com esse conceito, tal como a “feminista destemida”, podem se transformar em “grandes narrativas”, as quais as práticas discursivas dos participantes do movimento antecipam e respondem.

Análise: a omissão e a mitigação da violência cotidiana

A reunião da qual essas narrativas emergiram durou aproximadamente uma hora e quarenta minutos e teve as seguintes pautas: (i) aprender mais sobre as demandas dos residentes da Zona Oeste do Rio de Janeiro (onde a discussão foi realizada) e (ii) debater possíveis meios de intervenção urbana e atividades de arrecadar dinheiro para esse fim. As narrativas emergem após, aproximadamente, vinte e cinco minutos enquanto os participantes discutem o planejamento urbano. Lamentam, de forma generalizada, a crença disseminada de que o carro particular representa uma solução ao problema coletivo da mobilidade urbana.

A análise das narrativas que surgem nesse momento é norteada por três perguntas principais que decorrem dos objetivos apresentados na introdução:

1. Quais performances genericadas emergem das práticas narrativas e como é negociado seu valor simbólico?
2. Como os participantes reivindicam autoridade epistêmica e coconstroem os significados das questões levantadas nessas histórias?
3. Como as práticas discursivas e identitárias dos participantes se relacionam com sensibilidades pós-feministas?

A partir da análise dessas duas narrativas breves, sugerimos algumas respostas possíveis às duas primeiras perguntas. Após isso, apresentamos uma discussão dos nossos entendimentos na qual abordamos a terceira pergunta em maior profundidade.

A narrativa apresentada no primeiro excerto, a seguir, traduz uma tensão identitária que parece estar em jogo nas práticas discursivas dos integrantes do movimento. A narradora se engaja em trabalho interacional significativo para apresentar o deslocamento por bicicleta tanto como uma atividade que as mulheres não precisam temer (para suas amigas) quanto como algo que ela mesma não teme (para os outros participantes do movimento). De acordo com a falante, é possível se envolver em um “papo legal” (T.1) com outros transeuntes enquanto pedala. Entretanto, sua performance serve simultaneamente para mitigar alguns dos perigos reais enfrentados pelas mulheres ao se locomoverem de bicicleta. As agressões discursivas a elas direcionadas são frequentemente genericadas e podem ser acompanhadas por violência física/de gênero.

Excerto 1 – Transcrição de primeira narrativa

- 1 Naomi [mas assim mas também tipo] eu tava comentando com algumas amigas minhas sobre né >quando você anda de bicicleta você pode< interagir com seu ambiente que isso né é uma das vantagens que você tem? da bicicleta? tipo às vezes eu paro no semáforo e quem tá de moto assim né puxa um papo legal
- 2 Roberto ahã
- 3 Naomi acontece às vezes
- 4 Heloisa uhã
- 5 Naomi nem sempre é xinga(hh)mento
- 6 Heloisa e [é você-]
- 7 Naomi [ai eu tava] falando sobre isso e falei ah ↑né você pode né interagir com as pessoas às vezes né eu vejo um amigo meu na rua assim >se eu tivesse no ônibus não ia dar pra parar e conversar<
- 8 Heloisa ã
- 9 Naomi ai eu tava fã- falando sobre isso com algumas amigas minhas e elas falaram justamente por isso que a gente prefere andar de carro a gente [NÃO QUER INTERAGIR]
- 10 Heloisa [não quer] é é
- 11 Roberto não ↑quer o contato=
- 12 Naomi =a gente tem MEdo de interagir
- 13 Heloisa é é
- 14 Naomi é foda

Por um lado, existe uma necessidade de as participantes comprovarem seu valor para seus pares ao longo da prática narrativa, ao se engajarem em processos de distinção

(Bucholtz; Hall, 2004; 2005) de características simbolicamente associadas à feminilidade, como vulnerabilidade e medo. Simultaneamente, se engajam em processos de adequação (Bucholtz; Hall, 2004; 2005) aos valores simbolicamente masculinos do movimento. Além disso, precisam se engajar em performances coerentes com os ideais do movimento do qual fazem parte (igualmente compreendido aqui como um processo de adequação), ao desafiar os discursos hegemônicos que enquadram o ato de pedalar para o transporte como uma atividade perigosa por si só, mitigando ocorrências de violência as quais não se encaixam em tal projeto durante a interação com outro (nesse caso, as interlocutoras do mundo da história que está sendo contada: *algumas amigas minhas* T. 1). Por outro lado, a mitigação da violência, imbricada com estas performances, diminui a relevância das pautas relativas às experiências generificadas da mobilidade urbana, as quais elas simultaneamente buscam incorporar à agenda do movimento.

Amy Sheldon (1992) compreende essa orientação dupla como um tipo de discurso de dupla-voz no sentido bakhtiniano. A orientação primária se volta para si e sua própria agenda (aqui, a experiência generificada dos deslocamentos), enquanto a orientação secundária se volta para os membros do grupo e, logo, parece estar relacionada ao evento narrativo. Para Sheldon (1992, p. 99), isso significa que a voz do *self* se torna “emaranhada e regulada pela voz do outro” e, consequentemente, mais dificilmente ouvida.

Essa tensão é esboçada, inicialmente, no primeiro turno, a partir de um relato sem ancoragem temporal: *eu tava comentando com algumas amigas minhas sobre né> quando você anda de bicicleta (...) às vezes eu paro no sinal e quem tá de moto assim né puxa um papo legal*. A omissão da violência do relato é sutilmente trazida à tona pelo advérbio de frequência *às vezes* (T.1), cuja modalização comunica a excepcionalidade da experiência de engajamento em um *papo legal* (T.1), ao fazer alusão a uma interação potencialmente desagradável. O diálogo com as crenças em circulação sobre a violência aparece mais nitidamente nos turnos 3 e 5, nos quais a repetição de *às vezes* e a negação *nem sempre é xingamento* – uma referência mais específica a um tipo de interação eventualmente mais comum – tornam a possível agressividade mais visível, ao mesmo tempo que mitigam seu impacto.

Os laços anafóricos costurados ao longo da história – tal como a repetição lexical de *interagir* nos turnos 7 e 9 – constroem uma sensação de coesão, cuja densidade e multiplicidade culminam no diálogo construído nos turnos 9 e 12: *a gente [NÃO QUER INTERAGIR]* (T.9) e *a gente tem MEdo de interagir* (T.12). A manutenção do tempo verbal no presente traz uma performance mimética ao diálogo, intensificando a sensação de reencenação e – acoplada ao aumento de volume – dá relevo ao discurso do outro, aqui o epicentro do mundo narrado. Ao se remeter à noção de *interagir* introduzida nos turnos 1 e 7, esses discursos desempenham a função de coda (indicando o fim da narrativa, segundo Labov, 1972), ressignificando a noção positiva originalmente posta a partir do *MEdo de interagir* (T.12) e trazendo à tona as relações de poder generificadas (anteriormente silenciadas) as quais imprimem marcas significativas nas experiências da mobilidade urbana. Nesse sentido, a ambivalência à qual nos referimos parece ser superada pela atribuição do medo a um terceiro, as *amigas* (T.1), possibilitando a projeção, a um só tempo, de uma imagem adequada e de um destaque às pautas generificadas, a partir de táticas de distinção e do uso de discurso dupla-voz.

A mitigação de violência nessa narrativa breve parece ser reforçada pelos demais participantes por meio de enunciados paralinguísticos (*ahã* T.2; *uhã* T.4; *ã* T.8), sugerindo aprovação e um ouvido atento para que a narradora possa prosseguir, além de expressões mais explícitas de concordância (tal como é T.6), de que um *papo legal* (T.1) com outros transeuntes é possível. No mais, a fala sobreposta e repetições quase na íntegra (Fuller, 2009) – *[não quer]* é (T.10); *não quer o contato* = (T.11) –, aliadas a mais expressões de concordância – *é* (T.13) –, parecem fortalecer a atribuição do medo a um terceiro ausente (e possivelmente irracional?). A performance aqui desenvolvida é de uma sujeita feminista e pós-feminista a um só tempo – pois a vitimização é rejeitada e a violência estrutural que molda as experiências do espaço público se mantém apenas como pano de fundo. Parece que isso permite que a narradora acumule valor simbólico diante dos seus pares que ratificam esses significados, confirmando seu *status* epistêmico a respeito dos perigos relativos do deslocamento por bicicleta. O meio nuançado pelo qual a questão de violência urbana potencialmente generificada é aqui levantado – sem ser abordada diretamente como uma preocupação necessária para participantes do movimento – possibilita que passe quase despercebida, enquanto o escopo da agenda do movimento e suas prioridades permanecem inalteradas.

Dito isso, após a coda da narrativa, uma segunda história breve emerge, desempenhando uma estratégia retórica parecida. Contada por Heloísa, ela pode ser considerada uma resposta à primeira, e sugere um possível motivo pelo qual as mulheres podem escolher a segurança relativa de um carro particular, em vez de outros meios de transporte, caso essa opção esteja disponível. Para tal, aborda mais explicitamente a ameaça da violência de gênero – sempre presente no transporte coletivo e, por assim dizer, no ambiente urbano de um modo geral.

Excerto 2 – Transcrição de segunda narrativa

- 1 Heloisa <mas é porque também< para mulher <a a> uma viagem de <ônibus>=
- 2 Roberto =têm outras questões que envolve também [o <assédio>]
- 3 Heloisa [ah ah muitas outras] questões eu tava até es- essa semana
encontrei com com menino >que trabalhou comigo no ((nome da empresa))<
- 4 Gustavo [(.....)]
- 5 Heloisa [no ônibus eu tava de] mochila tinham vários caras que estavam passando por mim ↑né
cê quer que eu segure então sua mochila falei ↑não eu não quero que você segure [minha
mochila]
- 6 Roberto [a mochila é quase que] um escudo né
- 7 Heloisa porque é um escu- é ela fica ali nas costas e o cara vai encostar na mochila <↓foda se>
mas se eu tivesse sem? [saca?]
- 8 Roberto [é]
- 9 Heloisa então assim? <de repente as meninas ficam assim um pouco: com vontade de>=
- 10 Roberto =[é]
- 11 Heloisa [de de] se colocar num casulo <por conta disso assim> mas a bicicleta ↓cara é
- 12 Roberto mas por aqui o que que tá valendo assim é a ideia de que a solução é o carro entendeu?
- 13 Heloisa é o ↑carro
- 14 Roberto [e a bicicleta acaba criando] um problema entendeu né
- 15 Heloisa [<é o mini paraíso>]

A questão no cerne da narrativa se refere a uma prática recorrente nos coletivos lotados do Rio de Janeiro: os passageiros sentados se oferecem para carregar os volumes daqueles em pé para, teoricamente, deixar seu deslocamento mais confortável. A narrativa, porém, lança luz sobre a possibilidade de a bagagem desempenhar outro papel: de uma barreira que oferece possível proteção da ameaça do assédio e/ou agressões as quais podem vir a ser cometidas dentro dos coletivos.

A partir de repetições ao longo da narrativa (três vezes no turno 5 e de novo no turno 7), a bagagem de Heloisa (nesse caso, sua mochila) passa por uma série de transformações semânticas – de ostensivo portador de objetos (na orientação *eu tava de mochila* (T.5)), a possível incômodo (reenquadrado a partir da animação da voz do outro *cê quer que eu segure então sua mochila* (T.5)), passando por potencial fonte de proteção (*↑não eu não quero que você segure [minha mochila]* (T.5)). A manutenção dos tempos verbais no presente traz, novamente, uma carga teatral ao discurso construído, conferindo-lhe destaque. A repetição do *↑não* (T.5) e a subida de tom enfatizam a contestação do significado de incômodo. Esse processo de resignificação se estende às linhas seguintes (T.7), nas quais a eventual função da mochila enquanto barreira é avaliada positivamente pela narradora: *mas se eu tivesse sem? [saca?]*.

Os processos de distinção e adequação nos quais a narradora se engaja novamente atribuem o medo a um terceiro ausente (T.9 e 11). Esse distanciamento de noções convencionais de feminilidade, como delicadeza ou vulnerabilidade explícita, é intensificado por uma alegada preferência pela linguagem direta como protagonista do mundo narrado, comunicada pelo diálogo construído no turno 5: *↑não eu não quero que você segure [minha mochila]*. Tal uso vai além de uma simples violação das regras de interação ao receber uma ostensiva oferta de ajuda de um desconhecido, pois, como aponta Eckert (1998), é esperado que a mulher performe respeito maior pelas normas discursivas relativas a diferentes contextos, como fazer uso da linguagem indireta e/ou se preocupar com a face do outro. Até certo ponto, a suavização das relações de poder aqui em jogo – ao omitir a ameaça constante de sanções sociais que podem ser direcionadas a quem viola essas regras – novamente projeta uma sujeita pós-feminista que abraça o risco e não se intimida pelos perigos que a cercam.

Ao se apresentar como a vítima potencial das *muitas outras* questões envolvidas nos deslocamentos das mulheres, a história de Heloisa coloca a questão da violência de gênero como algo mais difícil de ser descartada, assim reforçando os significados esboçados na narrativa anterior, ao conferir mais centralidade ao tópico (Pedro Garcez, 2001). Essa história de experiência pessoal (genericada) é intercalada com detalhes específicos, como informações temporais e espaciais – *essa semana* (T.3), *no ônibus* (T.5) –, bem como referência aos participantes (T.3), os quais, teoricamente, concretizariam sua credibilidade epistêmica enquanto narradora (Neal Norrick, 2020). Apesar disso, Heloisa parece enfrentar trabalho interacional maior que Naomi para reivindicar seu *status* como narradora “competente”. Conarração ocorre ao longo da narrativa, desempenhando múltiplas funções, como a antecipação do tópico a ser narrado (T.2), possíveis alternâncias de código (Fuller, 2009) (T.6) e a antecipação do ponto da narrativa (T.12). Embora os enunciados aqui destacados possam ser lidos como sinais de apoio ou expressões de concordância, podem, simultaneamente, constituir reivindicações de conhecimento ou de papéis narrativos específicos (Ochs; Taylor, 1995; Cameron, 1998).

Para examinar essas funções mais a fundo, podemos direcionar atenção à negociação de seu significado. A antecipação do tópico a ser narrado (T.2), por parte do Roberto – sublinhada por uma desaceleração de fala –, parece levar a um conflito sutil por conhecimento do tópico e/ou pelo papel de narrador, por meio do que pode ser chamado de uma “sobreposição disruptiva” (Lawson, 2013, p. 383) no turno 3. A repetição de *outras questões*, intensificada pelo quantificador *muitas*, emitido aqui com ênfase, serve para ampliar o potencial semântico das questões em jogo. O enunciado pode ser lido como uma contrarreivindicação de experiência pessoal/conhecimento das *muitas* questões e/ou do papel de narradora autêntica sobre o assunto (Bucholtz; Hall, 2004). Heloísa também opta por um registro informal, marcado pelo uso de expressões como *cara* (turnos 5, 7 e 11) e *saca* (T.7), além de recorrer ao uso de linguagem potencialmente ofensiva como <↓foda se> (T.7), dada ênfase pela desaceleração de fala e a descida de tom. O registro em si pode ser uma forma de reivindicar papéis específicos e moldar identidades ao rejeitar normas generificadas (Cala Ann Zubair, 2015). A linguagem obscena, em especial, tem sido historicamente associada ao uso simbolicamente masculino, embora possa ser também considerada um ato de poder e forma de se afirmar (Michael Gauthier; Adrien Guille, 2017), bem como uma rejeição de tradições julgadas ultrapassadas (Leigh Swigart, 1992).

O discurso de Heloísa é também marcado por elipse frequente (como nos turnos 3 e 7), que parece ser típico das interações informais, nas quais os participantes pressupõem conhecimento compartilhado e laços subjacentes, dessa forma, sinalizando a orientação da narradora ao mundo narrativo. Dito isso, Levon e Ye (2020) observam como a interpretação de fenômenos discursivos como esses depende da forma pela qual ideologias de gênero restringem quem tem autoridade para falar em determinados contextos. Portanto, é possível que o estilo discursivo de Heloísa leve à interpretação de que a narradora carece de léxico ou conhecimento específico do assunto, que precisa ser fornecido por outros. A símile – *[a mochila é quase que] um escudo né* (T.6) – fornecida por Roberto pode ser lida como tal, bem como uma eventual estratégia para convencer os demais de sua própria competência narrativa ao se engajar em um tipo de higiene verbal (Cameron, 1995). Embora o termo sugerido pareça ser inicialmente corroborado por Heloísa no turno seguinte, a autointerrupção abrupta e a escolha subsequente de uma expressão mais vaga (alinhada ao seu registro anterior) é *ela fica ali nas costas e o cara vai encostar na mochila* (T.7) sugerem uma alternância de código. A antecipação e a coconstrução do ponto no turno 12 também servem para redirecionar a atenção das questões aqui levantadas (as relações de gênero que permeiam as lutas urbanas) para uma questão mais bem delimitada: o *status* e a adulação do carro particular (o tópico em discussão antes da emergência dessas duas narrativas). A repetição de Heloísa no próximo turno (T.13) parece ratificar o processo de ressignificação iniciado por Roberto no turno anterior.

A introdução do tópico por Heloísa, bem como sua autosseleção enquanto narradora e protagonista da história, pode ser interpretada como uma forma de assumir vulnerabilidade (logo se distanciando da identidade coletiva do grupo e seus ideais pós-feministas) a fim de avançar a questão de assédio/violência de gênero. Entretanto, a coconstrução do ponto da narrativa sugere que, nesse momento, Heloísa prioriza seu *status* enquanto participante alinhada aos ideais já estabelecidos. Se Heloísa rejeitasse o enquadre (Erving Goffman, 1974) proposto por Roberto e advogasse mais explicitamente por um ponto alternativo (salientando a experiência generificada), a narradora poderia arriscar se distanciar do que parece ser consenso no grupo. A performance de Heloísa parece oscilar entre as demandas conflitantes do mundo da história e do encontro com o grupo de ativistas, frisando sua relação de implicação mútua; projetando-se como uma protagonista despreocupada com potenciais ameaças de face dentro do mundo narrado, enquanto as dinâmicas do mundo narrativo apontam para negociações repletas de preocupações dessa natureza. Essa disputa novamente destaca como o “vínculo duplo” (Lakoff, 1990) ainda pode estar em operação na contemporaneidade, bem como a linha tênue subsequentemente trilhada por ativistas na luta por seus direitos. Embora o discurso de dupla-voz possa permitir que os grupos minoritários levantem suas questões na esfera pública, os meios nuançados pelos quais ocorre parecem facilitar o reenquadramento de tais questões por aqueles tradicionalmente vistos como detentores de direitos maiores a tipos de conhecimento ou papéis narrativos específicos (Ochs; Taylor, 1995; Levon; Ye, 2020).

Discussão

A análise conduzida indica a força da prática narrativa na construção da resistência e na visibilidade aumentada de pautas tradicionalmente excluídas da esfera pública. Os mundos narrados criados levantam questionamentos sutis a respeito da organização espacial da cidade e da experiência generificada decorrente de tais arranjos. Esses mundos apontam, mais especificamente, para o papel do medo na experiência das mulheres, para quem “a violência de gênero define horários e percursos: a escolha de trajetos que muitas vezes são mais longos,

mas menos perigosos; os horários menos expostos a um transporte superlotado, onde a mulher pode ser vítima de assédio” (Rolnik, 2023, p. 6-7).

No entanto, em função do *status* das narradoras enquanto “intrusas” (Eckert, 1998) no meio investigado, as performances emergentes se encontram marcadas por um tipo de discurso de dupla-voz (Bakhtin, 1981), no qual o diálogo construído (Tannen, 1989) desempenha um papel central. Essa dinâmica parece decorrer da ambivalência entre seus objetivos interacionais e a necessidade de observar normas de comportamento discursivo que carregam valor simbólico na comunidade em questão. Por um lado, ao se distanciarem de noções essencialistas de feminilidade – por meio de escolhas lexicais e a projeção de características que desafiam estereótipos generificados – suas performances contribuem para a desnaturalização de uma categoria homogênea imaginada. Por outro lado, ao valorizar traços convencionalmente associados à masculinidade, se distanciando (seja por omissão, mitigação ou atribuição a um terceiro ausente) da expressão de sentimentos associados à feminilidade, a força das questões levantadas pode ser diminuída e sua visibilidade reduzida. A projeção das narradoras enquanto sujeitas destemidas parece estar alinhada tanto aos ideais simbolicamente masculinos do movimento quanto ao projeto pós-feminista, no qual a linguagem para falar das estruturas sociais se torna indisponível (Gill, 2014). Essas performances também se encontram ancoradas em mundos narrativos, nos quais precisam ser negociadas.

Relatos de mulheres a respeito de suas experiências têm sido historicamente deslegitimados em função do que Leigh Gilmore (2018) denomina de “reservas profundas de parcialidade” que circulam na sociedade e minam a credibilidade das mulheres. Tal cenário leva a autoridade epistêmica das mulheres a ser constantemente desafiada, exercendo um papel significativo na interpretação de seu uso da linguagem (Levon; Ye, 2020). Nossa análise sugere que estratégias tipicamente usadas para reivindicar autoridade epistêmica (Norrick, 2020) talvez não sejam suficientes para determinadas falantes em determinados contextos. O aceite das mulheres enquanto narradoras e participantes ativas na construção de significados pode estar relacionado ao quanto suas histórias contestam a ordem de gênero em operação e/ou ao quanto suas performances fogem de uma sujeita pós-feminista ideal.

Em uma sensibilidade pós-feminista, as mulheres são sujeitas ativas e “arquitetas de seus próprios destinos” (Litosseliti; Gill; Favaro, 2019, p. 8) – uma ruptura marcante com a mulher fraca e passiva do passado. Nesse admirável mundo novo, elas não são mais restringidas por desigualdades sociais ou relações de poder, nem, aparentemente, por medo de assédio ou agressões, para as quais já desenvolveram estratégias de sobrevivência individuais, tal como o uso de seus próprios “escudos”. Mulheres pós-feministas são vencedoras que rejeitam a vitimização (uma característica atribuída às “feministas desmancha-prazeres”), escolhendo exibir resiliência, coragem e segurança (Gill, 2017; Litosseliti; Gill; Favaro, 2019). Dessa forma, a autoidentificação como uma possível vítima da violência de gênero, ou referências mais explícitas à ameaça desse tipo de violência, pode levar as narradoras a serem questionadas, seja por meio de disputas sutis por papéis narrativos, práticas de higiene verbal ou pelo reenquadramento das questões apresentadas, dificultando tentativas de articular a experiência generificada e/ou advogar por sua inclusão na pauta do grupo.

Sem dúvida, pedalar expõe o corpo da mulher de uma maneira que outros meios de transporte dificilmente o fazem. Tal quadro se agrava em cidades onde poucas pessoas pedalam, especialmente quando poucas mulheres pedalam. Segundo Ross (2021), as mulheres relatam sofrer maior incidência de assédio ao pedalar do que ao caminhar. As narrativas analisadas apontam para alguns dos motivos pelos quais – caso tenham acesso – as mulheres talvez prefiram o conforto de um carro particular em vez do deslocamento por bicicleta, ou transporte coletivo. Porém, como o grupo não aborda as causas reais das questões sutilmente levantadas nessas histórias (tais como as práticas sociodiscursivas que questionam as ações das vítimas em vez daquelas de seus agressores), suas dimensões generificadas permanecem ignoradas. No mais, o reenquadramento dessas questões faz com que soluções não sejam buscadas; aqui, a responsabilidade para lidar com a violência de gênero é colocada firmemente para além do escopo da luta pela mobilidade ativa. Em vez de ser examinado pelo grupo, deve ser antecipado e gerenciado pelas próprias mulheres, que talvez precisem simplesmente superar seus medos.

O número de mulheres que pedalam é citado como índice da segurança de um determinado local, além de estar potencialmente relacionado à igualdade de gênero na região, grosso modo (Patrick Singleton; Tara Goddard, 2016; Ross, 2021). Nas ruas do Rio, a pirâmide que, ostensivamente, prioriza os direitos dos mais vulneráveis (como pedestres e aqueles que optem pelo transporte ativo) frequentemente se inverte, em função do uso da força física para intimidar, ameaçar e se impor sobre os demais. Embora o uso da força física não seja uma característica comum nas práticas do grupo investigado, mecanismos mais sutis funcionam de forma parecida. A alternância de código, entre diferentes registros, por exemplo, pode funcionar como rejeição e reafirmação de valores – um tipo de higiene verbal entrelaçado com a negociação de significados. A posição de resistência aqui identificada,

ao não se assemelhar às normas reforçadas, coloca em questão as associações criadas entre *status* e o código padrão, reivindicando uma legitimidade alternativa (Bucholtz; Hall, 2004, p. 387). Para bell hooks (2008), rupturas dessa natureza são necessárias a fim de abrir espaço para a produção de epistemologias alternativas. No grupo estudado, a análise sugere que os métodos de formulação da agenda precisam ser repensados, reimaginando o valor simbólico diferenciado atribuído às práticas discursivas associadas a diferentes grupos sociais, para que histórias e vivências diversas possam ser levadas em consideração (Grada Kilomba, 2019). Sem uma reflexão maior sobre os meios pelos quais normas simbolicamente masculinas moldam a praxe do grupo, dificilmente se fomentará a participação ativa de um leque diverso de atores sociais – imprescindível para ampliar e fortalecer sua agenda no combate à violência cotidiana que molda suas experiências do espaço urbano, “rumo à cidade do cuidado e do acolhimento e da liberdade dos corpos em movimento” (Rolnik, 2023, p. 7).

Para Julia Serano (2007), o feminismo branco tornou as “qualidades e atividades masculinas” mais aceitáveis para as mulheres, ao passo que o oposto não ocorreu (pelo menos para homens heterossexuais/heteronormativos). Essa observação auxilia a compreensão das dinâmicas aqui observadas e a falta de engajamento com a vulnerabilidade por parte das/dos participantes. Embora as narradoras se engajem em práticas de resistência ao se deslocarem de bicicleta: participar no movimento investigado; reivindicar conhecimento específico e/ou *status* como participantes autênticas e fazer alusão sutil às suas experiências generificadas da mobilidade urbana negligenciadas pelo grupo, é necessário lembrar que são mulheres brancas de classe média, suscitando a questão: a quem é permitido performar tal resistência?

Esta investigação centra-se nas práticas discursivas de um pequeno grupo de ativistas localizados no Rio de Janeiro, para quem o gênero é uma categoria saliente. Os resultados sugerem que a análise de narrativas breves, aliada ao estudo (auto)etnográfico, pode lançar luz sobre alguns dos meios mais nuançados pelos quais crenças pós-feministas, potencialmente, impactam o estabelecimento da agenda e a negociação da violência cotidiana no contexto dos movimentos sociais contemporâneos. Dito isso, a natureza homogênea do grupo, bem como a baixa adesão aos seus encontros, significa que mais pesquisas são necessárias a fim de avançar a compreensão de tais fenômenos.

Investigações futuras que busquem compreender os meios pelos quais marcas sociais como raça, classe social ou sexualidade podem ser mobilizadas nas interações entre participantes de uma gama maior de movimentos poderia auxiliar a construção de uma visão mais ampla das formas pelas quais questões caras aos grupos minoritários são negociadas e priorizadas nas organizações de base. Consideramos a identificação desses mecanismos crucial para a compreensão aprofundada da produção de significado nas práticas discursivas de ativistas contemporâneos, bem como o papel das estruturas socioculturais nesses processos complexos. Tal conhecimento pode, conseqüentemente, nos equipar com as ferramentas necessárias para desafiar as formas pelas quais questões estruturais podem ser discretamente contornadas em uma sensibilidade pós-feminista.

Quadro 1 – Quadro de convenções para as transcrições

entendeu?	Subida de entonação
↑né	Subida acentuada na entonação
↓cara	Descida acentuada na entonação
<u>não</u>	Ênfase em sílaba ou palavra
NÃO QUER INTERAGIR	Fala mais alta
≥mas é porque também<	Fala comprida ou acelerada
<assédio>	Desaceleração de fala
=	Enunciados contínuos
(.....)	Segmento de fala incompreensível
[colchetes]	Fala sobreposta
xinga(hu)mento	Aspirações audíveis
uhã, ahã, ã	Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção

Fonte: As convenções para as transcrições foram adaptadas de Garcez, Gabriela Buller e Letícia Loder (2014).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Texas: University of Texas, 1981.
- BARRETT, Rusty. "Indexing polyphonous identity in the speech of African American drag queens". In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel (Eds.). *Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 313-328.
- BAUMAN, Richard. *Story, Performance and Event. Contextual Studies of Oral Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BAXTER, Judith. "Is it all tough talking at the top? A post-structuralist analysis of the construction of gendered speaker identities of British business leaders within interview narratives". *Gender and Language*, Sheffield, v. 2, n. 2, p. 197-222, 2008.
- BLICKSTEIN, Susan; HANSON, Susan. "Critical Mass: forging a politics of sustainable mobility in the information age". *Transportation*, Berlin, v. 28, n. 4, p. 347-362, 2001.
- BLOMMAERT, Jan; DE FINA, Anna. "Chronotopic identities: on the time- space organization of who we are". In: DE FINA, Anna; IKIZOGLU, Didem; WEGNER, Jeremy (Eds.). *Diversity and Super-diversity. Sociocultural Linguistic Perspectives*. Washington DC: Georgetown University Press, 2017. p. 1-16.
- BOURDIEU, Pierre. "The economics of linguistic exchanges". *Social Science Information*, Paris, v. 16, n. 6, p. 645-668, 1977.
- BRUZZONE, Mario. "Putting the 'critical' mass in Critical Mass: patriarchy, radical feminism and radical inclusiveness". In: CARLSSON, Chris; ELLIOTT, LisaRuth; CAMARENA, Adriana (Eds.). *Shift Happens! Critical Mass at 20*. San Francisco: Full Enjoyment Books, 2012, p. 131-142.
- BUCHOLTZ, Mary. "'Why be normal?' language and identity practices in a community of nerd girls". *Language in Society*, Cambridge, v. 28, n. 2, p. 203-223, 1999.
- BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kira. "Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach". *Discourse Studies*, London, v. 7, n. 4-5, p. 585-614, 2005.
- BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kira. "Language and identity". In: DURANTI, Alessandro (Ed.). *A Companion to Linguistic Anthropology*. Oxford: Basil Blackwell, 2004. p. 369-394.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and Identity Subversion*. London: Routledge, 1990.
- CAMARENA, Adriana. "The blind spot: subcultural exclusivity in Critical Mass". In: CARLSSON, Chris; ELLIOTT, LisaRuth; CAMARENA, Adriana (Eds.). *Shift Happens! Critical Mass at 20*. San Francisco: Full Enjoyment Books, 2012, p. 117-126.
- CAMERON, Deborah. "'Not gender difference but the difference gender makes' – explanation in research on sex and language". *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 94, p. 13-26, 1992.
- CAMERON, Deborah. "Performing gender identity: young men's talk and the construction of heterosexual masculinity". In: COATES, Jennifer (Ed.). *Language and Gender: A Reader*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 270-284.
- CAMERON, Deborah. *Verbal Hygiene*. London: Routledge, 1995.
- CARLSSON, Chris. *Critical Mass: Bicycling's Defiant Celebration*. Oakland: AK Press, 2002.
- CARLSSON, Chris; ELLIOTT, LisaRuth; CAMARENA, Adriana (Eds.). *Shift Happens! Critical Mass at 20*. San Francisco: Full Enjoyment Books, 2012.
- CARPENTIER, Nico. "Beyond the ladder of participation: an analytical toolkit for the critical analysis of participatory media processes". *Javnost – The Public*, v. 23, n. 1, p. 70-88, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color". *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- D'ANDRADE, Hugh. "Personal Mass". In: CARLSSON, Chris; ELLIOTT, LisaRuth; CAMARENA, Adriana (Eds.). *Shift Happens! Critical Mass at 20*. San Francisco: Full Enjoyment Books, 2012. p. 19-29.

- DE FINA, Anna. "Who tells which story and why? Micro and macro contexts in narrative". *Text & Talk*, Berlin, v. 28, n. 3, p. 421-442, 2008.
- DE FINA, Anna; GEORGAKOPOULOU, Alexandra. "Introduction: narrative analysis in the shift from texts to practices". *Text & Talk*, Berlin, v. 28, n. 3, p. 275-281, 2008.
- ECKERT, Penelope. "Gender and sociolinguistic variation". In: COATES, Jennifer (Ed.). *Language and Gender: A Reader*. Oxford: Blackwell, 1998. p. 64-75.
- ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. *Language and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo. "Transidiomaticity and transperformances in Brazilian queer rap: toward an abject aesthetics". *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 24, n. 48, p. 136-159, abril, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge*. Trad. Alan Sheridan. New York: Pantheon Books, 1972 [1969].
- FRASER, Nancy. "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In: FRASER, Nancy. *Justice Interrupts – Critical Reflections on the 'Post Socialist' Condition*. New York: Routledge, 1997. p. 69-98.
- FREEMAN, Jo. "The tyranny of structurelessness". *Berkeley Journal of Sociology*, Berkeley, v. 17, p. 151-165, 1972.
- FREITAS, Lúcia Gonçalves; BASTOS, Liliana Cabral. "Sexual abuse in proceedings of gender-based violence in the Brazilian judicial system". *Gender and Language*, Sheffield, v. 13, n. 2, p. 153-173, 2019.
- FRENCH, Brigitte. "The symbolic capital of social identities: the genre of bargaining in an urban Guatemalan market". *Journal of Linguistic Anthropology*, Arlington, v. 10, n. 2, p. 155-189, 2000.
- FULLER, Janet. "Gendered choices: codeswitching and collaboration in a bilingual classroom". *Gender and Language*, Sheffield, v. 3, n. 2, p. 181-208, 2009.
- GARCEZ, Pedro. "Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana". In: RIBEIRO, Branca Telles; LIMA, Cristina Costa; DANTAS, Maria Tereza Lopes (Eds.). *Narrativa, Identidade e Clínica*. IPUB, 2001. p. 189-213.
- GARCEZ, Pedro; BULLA, Gabriela; LODER, Letícia. "Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos". *D.E.L.T.A.*, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.
- GAUTHIER, Michael; GUILLE, Adrien. "Gender and age differences in swearing: a corpus study of Twitter". In: FÄGERSTEN, Kristy Beers; STAPLETON, Karyn (Eds.). *Advances in Swearing Research: New Languages and New Contexts*. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 137-157.
- GEORGAKOPOULOU, Alexandra. "Thinking big with small stories in narrative and identity analysis". *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 122-130, 2006.
- GILL, Rosalind. "Powerful women, vulnerable men and postfeminist masculinity in men's popular fiction". *Gender and Language*, Sheffield, v. 8, n. 2, p. 185-204, 2014.
- GILL, Rosalind. "The affective, cultural and psychic life of postfeminism: 10 years on". *European Journal of Cultural Studies*, New York, v. 20, n. 6, p. 606-626, 2017.
- GILMORE, Leigh. *Tainted Witness: Why We Doubt What Women Say about Their Lives*. New York: Columbia University Press, 2018.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. New York: Harper & Row, 1974.
- HOFFMAN, Melody. *Bike Lanes are White Lanes: Bicycle Advocacy and Urban Planning*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2016.
- HOLMES, Janet. "Social constructionism, postmodernism and feminist sociolinguistics". *Gender and Language*, Sheffield, v. 1, n. 1, p. 51-65, 2007.

hooks, bell. "Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2008.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LABOV, William. "The transformation of experience in narrative syntax". In: LABOV, William. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-396.

LAKOFF, Robin. *Talking Power: The Politics of Language*. San Francisco: Basic Books, 1990.

LAWSON, Robert. "The construction of 'tough' masculinity: negotiation, alignment and rejection". *Gender and Language*, Sheffield, v. 7, n. 3, p. 369-395, 2013.

LEVON, Erez; YE, Yang. "Language, indexicality and gender ideologies: contextual effects on the perceived credibility of women". *Gender and Language*, Sheffield, v. 14, n. 2, p. 123-151, 2020.

LITOSSELITI, Lia; GILL, Rosalind; FAVARO, Laura Garcia. "Postfeminism as a critical tool for gender and language study". *Gender and Language*, Sheffield, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2019.

LUDD, Ned. *Apocalypse Motorizado*. São Paulo: Conrad, 2005.

MACEDO, Ana Gabriela. "Pós-feminismo". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p.813-817, 2006.

McELHINNY, Bonnie. "'I don't smile much anymore': affect, gender and the discourse of Pittsburgh police officers". In: COATES, Jennifer (Ed.). *Language and Gender: A Reader*. Oxford: Blackwell, 1998. p. 309-327.

McROBBIE, Angela. *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage, 2009.

NORRICK, Neal. "The epistemics of narrative performance in conversation". *Narrative Inquiry*, Amsterdam, v. 30, n. 2, p. 211-235, 2020.

OCHS, Elinor; TAYLOR, Carolyn. "The 'father knows best' dynamic in dinner-time narratives". In: HALL, Kira; BUCHOLTZ, Mary (Eds.). *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self*. London: Routledge, 1995. p. 99-122.

ORTON, Naomi. "(Des)igualdade de gênero e a (i)mobilidade urbana: uma visão goffmaniana". *Revista Rua*, v. 23, n. 2, 243-266, 2017.

ORTON, Naomi. "'Myths', 'truths' and the role of applied linguistics in contemporary society". *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 60, n. 2. p. 455-466, 2021.

ORTON, Naomi; BIAR, Liana de Andrade. "Horizontality and gender in contemporary social movements: narrative practice as a means of resistance". *Narrative Inquiry*, v. 30, n. 2, p. 236-270, 2020.

OSTERMANN, Ana Cristina. "Communities of practice at work: gender, facework and the power of habitus at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil". *Discourse & Society*, London, v. 14, n. 4, p. 473-505, 2003.

RAMOS, Diana Helene; BRANDÃO, Rossana Tavares. "Gênero e Estudos Urbanos". In: BRANDÃO, Rossana Tavares; RAMOS, Diana Helene. *Feminismurbana. Um projeto teórico político*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 38-46.

ROLNIK, Raquel. "As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações". In: VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; BRITO, Felipe; PESCHANSKI, Alexandre; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SAKAMOTO, Leonardo; SECCO, Lincoln; IASI, Mauro Luis; Mídia NINJA; DAVIS, Mike; Movimento Passe Livre – São Paulo; OLIVEIRA, Pedro Rocha de; ROLNIK, Raquel; BRAGA, Ruy; VIANA, Sílvia; Žižek, Slavoj; LIMA, Venício A. de. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 3ª ed. 2013.

ROLNIK, Raquel. "Prefácio". In: BRANDÃO, Rossana Tavares; RAMOS, Diana Helene. *Feminismurbana. Um projeto teórico político*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 6-8.

ROSS, Hannah. *Revolutions: How Women Changed the World on Two Wheels*. London: Orion, 2021.

SERANO, Julia. *Whipping Girl*. New York: Seal Press, 2007.

SHAW, Sylvia. "Language, gender and floor apportionment in political debates". *Discourse & Society*, London, v. 11, n. 3, p. 401-418, 2000.

SHELDON, Amy. "Conflict talk: sociolinguistic challenges to self-assertion and how young girls meet them". *Merrill-Palmer Quarterly*, Detroit, v. 38, n. 1, p. 95-117. 1992.

SINGH, Jaspal. "Language, gender and sexuality in 2020: forward Global South". *Gender and Language*, Sheffield, v. 15, n. 2, p. 207-230, 2021.

SINGLETON, Patrick; GODDARD, Tara. "Cycling by choice or necessity? Exploring the gender gap in bicycling in Oregon". Transportation Research Record. *Journal of the Transportation Research Board*, London, v. 2598, n. 1, p. 110-118, 2016.

SITRIN, Marina. *Everyday Revolutions: Horizontality and Autonomy in Argentina*. London: Zed Books, 2012.

SITRIN, Marina; AZZELLINI, Dario. *They Can't Represent Us! Reinventing Democracy from Greece to Occupy*. London: Verso, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Subaltern studies: deconstructing historiography". In: GUHA, Ranajit Guha; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (Eds.). *Selected Subaltern Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 3-32.

SWIGART, Leigh. "Women and language choice in Dakar: a case of unconscious innovation". *Women and Language*, Bowling Green, v. 15, n. 1, p. 11-20, 1992.

TANNEN, Deborah. "'Oh talking voice that is so sweet': constructing dialogue in conversation". In: TANNEN, Deborah (Ed.). *Talking Voices: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 102-132.

YODER, Michael Miller; JOHNSTONE, Barbara. "Unpacking a political icon: 'bike lanes' and orders of indexicality". *Discourse & Communication*, London, v. 12, n. 2, p. 192-208, 2018.

ZUBAIR, Cala Ann. "Sexual violence and the creation of an empowered female voice". *Gender and Language*, Sheffield, v. 9, n. 2, p. 279-317, 2015.

Naomi Orton (naomiorton@hotmail.com) é pós-doutoranda e doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, com bolsa nota 10 da FAPERJ. Seus interesses de pesquisa contemplam as intersecções entre discurso, gênero, violência e movimentos sociais, buscando cruzar fronteiras disciplinares convencionais. Os resultados de suas pesquisas vêm sendo publicados em periódicos nacionais e internacionais como *Narrative Inquiry*, *Gender & Language* e *Trabalhos em Linguística Aplicada*.

Liana de Andrade Biar (lianabiar@gmail.com) obteve seu Doutorado em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde hoje atua como Professora Adjunta e coordenadora do grupo de pesquisa NAVIS (Narrativa e Interação Social), no qual investiga contextos de assimetria social, a partir da análise de narrativa e da fala-em-interação.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

ORTON, Naomi; BIAR, Liana de Andrade. "Práticas discursivas generificadas e a disputa pela pauta nos movimentos sociais contemporâneos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e93709, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Naomi Elizabeth Orton: concepção, geração de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Liana de Andrade Biar: concepção, análise de dados e discussão de resultados.

FINANCIAMENTO

Naomi Orton: CNPQ 140781/2016-1; FAPERJ E-26/200.780/2019 (242795). Liana de Andrade Biar: CNPq 312692/2018-8..

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Projeto de pesquisa aprovado pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 04/04/2023

Reapresentado em 09/06/2025

Reapresentado em 08/07/2025

Aprovado em 18/08/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Alinne Bonetti  0000-0003-0810-5926

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112